

Inquérito Civil n. 06.2021.00000408-5

## TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.731/0001-75, sediado na Praça Arthur Siewerdt, n. 1, bairro Centro, CEP 89176-000, Trombudo Central/SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Geovana Gessner, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000408-5, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 90, VI, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) legitima o Ministério Público a ajuizar a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, aí incluído o meio ambiente, com vista à sua

preservação para as presentes e as futuras gerações;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República, preceito reafirmado pelo art. 1.228, § 1º, do Código Civil, segundo o qual o *"direito a propriedade deve ser exercitado em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"*;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade da *"correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental"* é objetiva, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81: *"sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade [...]"*;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente (APPs) são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente (APPs), que, conforme indica a sua denominação, são caracterizadas, em regra, pela intocabilidade e pela vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal), no art. 4º, I, estabelece que são áreas de preservação permanente (APPs) as faixas

---

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central**

marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: “a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; [...]”;

**CONSIDERANDO** que a proteção marginal dos cursos d'água detém imprescindível função de preservação dos recursos hídricos, reduzindo, por exemplo, a drenagem e o carreamento de substâncias e de elementos para os corpos d'água, com a consequente prevenção de assoreamento;

**CONSIDERANDO** que as faixas marginais são úteis, ainda, para a preservação da paisagem, para a estabilidade geológica, para a biodiversidade, para o fluxo gênico de fauna e de flora, para a proteção do solo e, consequentemente, para o asseguramento do bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a afetação dos Recursos Especiais interpostos pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina n. 1.770.760, n. 1.770.808 e n. 1.770.967) no Superior Tribunal de Justiça, como representativos da seguinte controvérsia (Tema n. 1.010/STJ)<sup>1</sup>:

Extensão da **faixa não edificável a partir das margens de cursos d'água naturais em trechos caracterizados como área urbana consolidada**: se corresponde à área de preservação permanente prevista no art. 4º, I, da Documento: 104012270 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 09/12/2019 Página 1 de 3 Superior Tribunal de Justiça Lei n. 12.651/2012 (equivalente ao art. 2º, alínea 'a', da revogada Lei n. 4.771/1965), cuja largura varia de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, ou ao recuo de 15 (quinze) metros determinado no art. 4º, caput, III, da Lei n. 6.766/1979 (grifou-se).

**CONSIDERANDO** que em 28/04/2021 foi julgado o Tema n. 1.010 pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual firmou a tese de que o art. 4º, I, do Código Florestal deve ser aplicado em relação à extensão das áreas de preservação permanente (APP) de qualquer curso de água, perene ou intermitente, ainda que em trechos caracterizados como área urbana consolidada;

---

1 Disponível em: [http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas\\_repetitivos/pesquisa.jsp?&ampl=10&ampi=1&ampt=C](http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?&ampl=10&ampi=1&ampt=C).

**CONSIDERANDO** que o julgamento se deu por unanimidade, não havendo a modulação de seus efeitos;

**CONSIDERANDO** que, em conformidade com o Enunciado n. 1 de Delimitação de Áreas de Preservação Permanente em Núcleos Urbanos Informais Consolidados, aprovado pelos Membros do Ministério Público de Santa Catarina e pelo Conselho Consultivo deste Centro de Apoio, em junho de 2020, *“para a definição das áreas de preservação permanente existentes às margens de cursos d’água situados em zona urbana municipal, aplica-se o disposto no art. 4º da Lei n. 12.651/2012 ou a legislação mais restritiva”*;

**CONSIDERANDO** que a flexibilização das áreas de preservação permanente (APPs) prevista nos arts. 64, § 2º, e 65, § 1º, ambos do Código Florestal (Lei n. 12.651/2012) ao longo dos cursos d’água não é autoaplicável, exigindo a deflagração e a conclusão do procedimento administrativo específico (Reurb), bem como a elaboração de estudo técnico socioambiental conclusivo pela consolidação do núcleo (dentro do respectivo marco temporal) e pela possibilidade de sua regularização, além da observância de todos os demais requisitos para a Reurb (Lei n. 12.651/12);

**CONSIDERANDO** que o estudo técnico socioambiental, por sua amplitude e caráter multidisciplinar, revela-se como ferramenta idônea para aferir os pontos do município em que se tem área urbana consolidada;

**CONSIDERANDO** que, uma vez realizado, esse estudo técnico permitirá a identificação das obras, edificações e intervenções em APP, viabilizando a aplicação de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias inerentes aos danos ambientais causados;

**CONSIDERANDO** a importância da realização, pelo Município, para o efetivo controle e fiscalização de ocupações irregulares desses espaços protegidos, de um plano de gestão a partir de um diagnóstico socioambiental visando a delimitação do espaço urbano a ser enquadrado como área urbana consolidada, decorrendo desse estudo, a definição da eventual existência de áreas de interesse ecológico relevante, bem como das áreas de risco, possibilitando o fornecimento de subsídios técnicos para a tomada de decisão administrativa ou judicial acerca das medidas alternativas a serem adotadas;

**CONSIDERANDO** que a realização do diagnóstico socioambiental e a definição da área urbana municipal consolidada, às margens dos cursos d'água, além das medidas acima declinadas, possibilitará a aplicação de instrumentos jurídicos introduzidos pelo Estatuto da Cidade, permitindo a regularização, quando possível, desses espaços territoriais, bem como o “congelamento” e a coibição de novas ocupações irregulares em áreas urbanas e de expansão urbana, além da remoção de construções, em situações excepcionais e como medida extrema, ao resguardo da vida humana e do ordenamento e equilíbrio ecológico urbano;

**CONSIDERANDO** a possibilidade, por intermédio desse mesmo diagnóstico, da implementação de uma política municipal preventiva voltada à gestão de riscos, mediante mapeamento dessas áreas, contendo cadastro de seus respectivos moradores, definição de prioridade e execução de intervenções estruturais e não estruturais, como elemento indispensável da gestão do solo e de uma política de desenvolvimento urbano, constituindo-se, portanto, um dever municipal, nos termos do arts.30, inciso VIII, e 182 da Constituição Federal de 1988;

**CONSIDERANDO** a deficiência de controle e de fiscalização, pelo Município, de construções em áreas de preservação permanente urbanas e, por conseguinte, não edificantes, nos termos do art. 4º da Lei n. 12.651/12 (Código Florestal Brasileiro), além da realidade histórica de urbanização dos Municípios do Estado de Santa Catarina, iniciadas e desenvolvidas, em sua maioria, às margens de cursos d'água, bem como diante das várias alterações legislativas ocorridas no trato da matéria;

**CONSIDERANDO** que o Município, além das medidas já mencionadas, com o intuito de dar efetivo cumprimento à política de gestão dos espaços protegidos, deve alterar essa realidade e empreender todos os esforços necessários para conferir efetividade ao exercício regular do poder de polícia municipal de fiscalização, de controle e de vigilância, inclusive para proceder, quando necessário, à desocupação das áreas protegidas, de forma que a omissão do administrador municipal, quando comprovadamente desidiosa, poderá importar na responsabilização do gestor por ato de improbidade administrativa e também na tomada de medidas para a apuração das responsabilidades criminal e/ou civil dos responsáveis diretos, para a demolição das edificações e para a remoção dos

ocupantes de tais áreas por ordem judicial;

**CONSIDERANDO** a existência de edificações utilizadas para moradia inseridas em área de preservação permanente no Município de Trombudo Central, decorrentes de diversos cursos d'água que cortam o seu território;

**CONSIDERANDO** ainda a possível existência de núcleos urbanos informais consolidados, que permitiriam a incidência das normas de regularização fundiária (Reurb-E ou Reurb-S, conforme o caso), nos termos da Lei n. 13.465/2017;

**CONSIDERANDO** a possível existência, de ocupações às margens de rios, em áreas de risco no território do município de Trombudo Central, portanto, impróprias para moradia, submetendo uma parcela da população a uma inserção precária e vulnerável na cidade, propiciando a ocorrência de sérios danos, por ocasião dos períodos chuvosos mais intensos, tal como a integridade física da população

**CONSIDERANDO**, assim, a necessidade de se regularizar a ocupação do solo no Município, buscando o equilíbrio entre a proteção ambiental e o direito à moradia no tocante às edificações já construídas, utilizando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade para balancear uma situação caracterizada como consolidada e as novas situações que demandam a aplicação do art. 4º da Lei n. 12.651/2012, na esteira do entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça;

**RESOLVEM, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e no art. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ:**

Formalizar o Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e de não fazer, e à adoção de medidas a fim de minimizar o impacto causado ao meio ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas:

## **DO ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O Compromissário se compromete a, no prazo de **12 (doze) meses** a contar da assinatura deste TAC, elaborar Estudo Técnico Socioambiental, devendo ser usadas como fonte as imagens do levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Estado de Santa Catarina e já disponíveis para todos os Municípios (<http://sigsc.sds.sc.gov.br>).

**Parágrafo primeiro.** O Estudo Técnico Socioambiental deve indicar, como elementos básicos, quais as localidades do Município são consideradas **núcleo urbano informal consolidado, áreas de risco e de interesse ecológico relevante**.

**Parágrafo segundo.** No Estudo Técnico Ambiental, os equipamentos de infraestrutura existentes, para serem considerados neste fim, devem estar em pleno funcionamento e operacionalização atestada por profissional (técnico) habilitado, conforme art. 12, §2º da Lei n. 13.465/17.

**Parágrafo terceiro.** O Estudo Técnico Socioambiental deve ser assinado e aprovado por técnico habilitado pertencente ao Órgão Ambiental Capacitado integrante do SISMUMA, mesmo nos casos de realização por empresa credenciada licitada.

## **DA REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS E REPARAÇÃO AMBIENTAL**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Uma vez concluído o estudo técnico socioambiental descrito na cláusula primeira, o Compromissário se compromete a, no prazo máximo de 6 meses, realizar um levantamento de todas as propriedades do Município de Trombudo Central que contenham obras, residências e edificações inseridas dentro de APP.

**Parágrafo primeiro.** O levantamento será formalizado em planilha na qual se possa identificar o imóvel, seu proprietário/possuidor, época da construção (ainda que de forma aproximada), tipo de obra (casa, galpão, muro, etc.), metragem dentro de APP, possibilidade ou não recuperação de área degradada;

**Parágrafo segundo.** O levantamento previsto nesta cláusula será



---

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central**

realizado a partir de dados extraídos do estudo técnico socioambiental elaborado, sem prejuízo de complementação por diligências do Município (busca em arquivos do município, oitivas de moradores, vizinhos, medições, etc.), nos casos onde se fizer necessário;

**Parágrafo terceiro.** Para as edificações consolidadas em áreas urbanas consolidadas, cujas obras estavam autorizadas administrativamente e respeitaram os distanciamentos das margens dos cursos d'água previstos nas legislações mais restritivas vigentes à época de suas construções, haverá de ser reconhecido o direito de os proprietários permanecerem onde estão e de procederem às reformas e às benfeitorias necessárias à manutenção do imóvel, vedada a sua ampliação sobre área de preservação permanente;

**Parágrafo quarto.** Nos casos previstos no parágrafo anterior, o compromissário se compromete apenas a lançar a informação a respeito da regularidade do imóvel na planilha de levantamento, prevista na presente cláusula;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Uma vez concluído o levantamento descrito na cláusula segunda, o Compromissário se compromete a, no prazo máximo de 12 meses, a utilizar seu poder de polícia, realizando as autuações cabíveis e impondo as respectivas sanções, determinando a recuperação da área degradada, a compensação ambiental e/ou aplicando penas pecuniárias reparatórias.

**Parágrafo primeiro.** A recuperação da área degradada terá preferência sobre qualquer outra medida e será implementada conforme as exigências do Departamento de Meio Ambiente no Município;

**Parágrafo segundo.** A compensação ambiental consistirá em plantio de mudas típicas do Bioma Mata Atlântica em local da mesma bacia hidrográfica no qual ocorreu a degradação e será aplicada quando não for possível a recuperação da área *in loco*, cabendo ao Compromissário definir local e meio de implementação da medida;

**Parágrafo terceiro.** A medida indenizatória – pagamento de multa – será aplicada pelo Compromissário quando as demais medidas (recuperação ou



compensação ambiental) não puderam ser adotadas;

**Parágrafo quarto.** A depender do caso, pode o Compromissário adotar as medidas previstas nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro da presente cláusula de forma cumulativa.

**Parágrafo quinto.** O Compromissário se compromete a, no prazo de 6 meses estabelecido no *caput* da Clausula Terceira, encaminhar ao Ministério Público planilha contendo a descrição de todos os proprietários/possuidores autuados, discriminando as medidas aplicadas (reparação, compensação e/ou indenização) e prazos dados, para fins de fiscalização conjunta do *Parquet*;

**Parágrafo sexto.** Independentemente da fiscalização do Ministério Público, caberá ao Compromissário fiscalizar o cumprimento das medidas aplicadas, adotando as providências administrativas e judiciais, quando for o caso, para assegurar seu adimplemento, sem prejuízo das que poderão ser tomadas pelo *Parquet*;

**Parágrafo sétimo.** A recuperação ou método de compensação a ser aplicado será aprovado pelo município em procedimento a ser definido em resolução emitida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente em consonância com as resoluções do órgão ambiental estadual e federal.

## DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**CLÁUSULA QUARTA.** Caso sejam identificados pelo estudo técnico socioambiental núcleos informais urbanos, o Compromissário se compromete a, no prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da finalização do aludido estudo, a promover a regularização fundiária, observando as categorias Reurb-E ou Reurb-S, conforme o caso, nos termos da Lei n. 13.465/2017.

**Parágrafo primeiro.** O Compromissário se obriga, para fins da regularização fundiária, a seguir o procedimento administrativo previsto na Lei n. 13.465/2017, elaborando projetos, emitindo Certidão de Regularização Fundiária e providenciando, ao final, os registros no cartório de registro de Imóveis, tudo conforme arts. 28 a 42 da Lei n. 13.465/2017.

**Parágrafo segundo.** No prazo de 15 dias contados da aprovação

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central**  
do projeto de regularização pelo Prefeito Municipal, o Compromissário fará a entrega de cópia integral do seu teor nesta Promotoria de Justiça.

**Parágrafo terceiro.** No prazo de 15 dias contados do registro da Certidão de Regularização Fundiária no cartório de registro de imóveis, o Compromissário fará a entrega de cópia integral do seu teor nesta Promotoria de Justiça.

### **DOS TERRENOS OCIOSOS COM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SITUADOS EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA**

**CLÁUSULA QUINTA.** Em relação aos terrenos ociosos que possuam APP, situados em área urbana consolidada, e desde que devidamente identificados no estudo técnico socioambiental, caberá ao Compromissário exigir distanciamento mínimo de 15 metros do curso d'água, para fins de novas obras/edificações.

### **DAS OBRAS E EDIFICAÇÕES EM TERRENOS NÃO SITUADOS EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA**

**CLÁUSULA SEXTA.** O Compromissário se obriga a exigir o distanciamento preconizado no art. 4º da Lei n. 12.651/2012, ou legislação mais restritiva, para todas as obras, edificações, construções ou empreendimentos que não estejam situados em área urbana consolidada.

**Parágrafo primeiro.** Nas áreas rurais do Município, sem prejuízo da regra geral preconizada no art. 4º da Lei n. 12.651/2012, caberá a aplicação das normas específicas da Lei n. 12.651/2012, desde que preenchidos os respectivos requisitos, a exemplo da agricultura familiar (art. 52 e seguintes da Lei n. 12.651/2012) dos produtores rurais (art. 61-A e seguintes da Lei n. 12.651/2012), dentre os demais casos específicos regulados no diploma.

**Parágrafo segundo.** Sendo constatado pelo Compromissário a existência de obra, edificação, construção ou empreendimento em APP, dentro de imóvel não situado em área urbana consolidada, o município se compromete a

---

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central**

adotar providências administrativas e/ou judiciais para recuperação da área degradada, sem prejuízo das que poderão ser tomadas pelo *Parquet*.

**Parágrafo terceiro.** O Compromissário deverá comunicar o Ministério Público acerca de eventuais situações descritas no parágrafo primeiro da presente cláusula, e comprovar as providências adotadas no prazo de 60 dias de tal comunicação.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), o **COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de **multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada obrigação descumprida**, revertendo tal valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência n. 3582-3, Conta Corrente n. 63.000-4).

**CLÁUSULA OITAVA.** Para a execução das referidas multas e a tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou órgão público.

**Parágrafo Único.** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA NONA.** O Ministério Público poderá a qualquer tempo solicitar vistorias e diligências aos órgãos ambientais competentes para a certificação e a fiscalização do cumprimento das cláusulas firmadas no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O Ministério Público compromete-se a não

adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo em desfavor do Compromissário, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, de monitoramento e de fiscalização por qualquer órgão público nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** As partes acordam que os Autos do Inquérito Civil SIG n. 06.2021.00000408-5 têm validade em Juízo, em caso de eventual ajuizamento de demanda judicial pelo Ministério Público de Santa Catarina.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Havendo alteração legislativa que implique novas regras acerca de distanciamento em área de preservação permanente, as partes acordam que o presente TAC poderá ser revisto para fins de adequação à nova legislação.

Assim, justos e acertados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor, que será anexado ao Inquérito Civil de Autos n. 06.2021.00000408-5.

## **DO ARQUIVAMENTO**

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público promove o arquivamento do Inquérito Civil de Autos SIG n. 06.2021.00000408-5, o que comunica, neste ato, ao Compromissário, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do e. Conselho Superior

---

**1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central**  
do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo art. 50  
do Ato n. 395/2018/PGJ.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento  
de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º,  
§ 6º, da Lei n. 7.347/85.

Trombudo Central, 02 de setembro de 2021.

[assinado digitalmente]

JOSÉ GERALDO ROSSI DA SILVA  
CECCHINI  
Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE TROMBUDO  
CENTRAL  
Compromissário